

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1403.01/2017

A Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Mulungu, consoante autorização do Sr. Secretário do Desenvolvimento Agropecuário, vem abrir o presente processo de Dispensa de Licitação para a Locação de um Imóvel para atender o funcionamento da Central de Recebimento de Alimentos, referente ao Programa de Aquisição de Alimentos- PAA, conforme termo de Cooperação Técnica SDA- 40/2016, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Mulungu e a Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará. Sendo proprietária a Sra, Maria Augusta Mesquita Lira, portadora do CPF 021.609.253-14 e RG- 2003014018522 SSP/CE.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A ausência de licitação, no caso em questão, deriva da impossibilidade de o interesse público ser satisfeito através de outro imóvel, que não o escolhido. As características do imóvel, tais como localização, dimensões, destinação, entre outras, são relevantes de tal modo que a Administração não tem outra escolha.

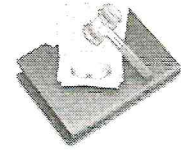
Destarte, além da adequação do imóvel eleito para a satisfação do interesse público específico, existe compatibilidade dos valores do aluguel com os parâmetros do mercado. Assim sendo, a Dispensa da Licitação amparo no artigo 24, inciso X da Lei no 8.666/93, justifica-se pela obediência a todos os requisitos exigidos pelo dispositivo mencionado.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Considerando o imóvel em questão, tomou-se como base para fim de verificação da propriedade dos valores para aluguel, valores de imóvel semelhante sob o aspecto estrutural/qualitativo, concluindo que o valor global proposto de: R\$ 7.000,00 (Sete mil e reais) do imóvel acima citado, é pertinente ao praticado no mercado imobiliário local, tendo em vista o caráter de urgência da contratação. Assim sendo, a escolha recaiu no imóvel situado na Rua Cel. Justino Café Nº 189, Mulungu - Ce, de propriedade da Sra. MARIA AUGUSTA MESQUITA LIRA, portadora do CPF Nº 021.609.253-14, para o funcionamento da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário do município de Mulungu-Ce.

Mulungu (CE), 14 de março de 2017.

Sulamita da Silva de Abreu
Sulamita da Silva de Abreu
Presidente da Comissão de Licitação
PREFEITURA M. MULUNGU
Sulamita da Silva de Abreu
Presidente da Comissão de Licitação
CPF. 036.007.613-07



COMISSÃO DE LICITAÇÃO

MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO Nº ____/____

TERMO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE MULUNGU, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO COM O XXXXX, PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA.

Contrato de Locação de Imóvel que fazem entre si, de um lado o Município de Mulungu, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Justino Café, Nº 136 - Centro, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 07.910730/0001-79, através da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO, neste ato representado por sua Secretário, Sr. _____ ao final assinado, doravante denominado de LOCATÁRIO, e do outro lado, o(a) Sr (a). _____, portador (a) do CPF/M.F. sob o nº _____ e RG sob o nº _____, residente e domiciliado (a) no Município de _____, à Rua _____ - Bairro _____, de agora em diante denominada de LOCADORA, de acordo com às cláusulas e condições a seguir pactuadas:

Cláusula 1ª - Do Objeto

1.1 - Locação de um Imóvel para atender o funcionamento da Central de Recebimento de Alimentos, referente ao Programa de Aquisição de Alimentos PAA, conforme termo de Cooperação Técnica SDA- 40/2016, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Mulungu e a Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará Período de Março a Dezembro/2017

Cláusula 2ª - Da Fundamentação Legal

2.1 - Este contrato fundamenta-se no processo de dispensa de licitação nº 1403.01/2017, na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Cláusula 3ª - Da Vigência

3.1- O presente contrato tornar-se-á efetivo a partir de ____ de _____ de 2017 e vigorará até ____ de _____ de 2017, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

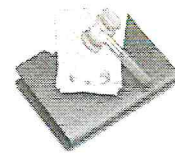
Cláusula 4ª - Das Responsabilidades e Obrigações do LOCATÁRIO

- 4.1- Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato;
- 4.2- Comunicar à LOCADORA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a locação, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
- 4.3 - Manter o objeto da locação no mais perfeito estado de conservação e limpeza, para assim o restituir à LOCADORA quando finda ou rescindida a locação, correndo por sua exclusiva das despesas necessárias para esse fim, notadamente, as que se referem à conservação de pinturas, portas comuns, fechaduras, trincos, puxadores, vitrais e vidraças, instalações elétricas, torneiras, aparelhos sanitários e quaisquer outras, inclusive obrigando-se a pintá-lo novamente em sua desocupação, com tintas e cores iguais as existentes;
- 4.4 - Não fazer instalação, adaptação, obra ou benfeitoria, inclusive colocação de luminosos, placa letreiros e cartazes sem prévia obtenção de autorização, por escrito, da LOCADORA;
- 4.5 - Não transferir este contrato, não sub-locar, não ceder ou emprestar, sob qualquer pretexto e de igual forma alterar a destinação da locação, não constituindo o decurso do tempo, por si só, na demora da LOCADORA reprimir a inflação, assentimento à mesma;
- 4.6 - Encaminhar à LOCADORA todas as notificações, avisos, ou intimações dos poderes públicos que forem entregues no imóvel, sob pena de responder pelas multas, correção monetária e penalidades decorrentes do atraso no pagamento ou satisfação no cumprimento de determinações por aqueles poderes;

Rua Coronel Justino Café, 136 – Centro – Mulungu – CE – CEP: 62764-000.

Fone: (85) 3328 – 1130 – Email: licitacao@mulungu.ce.gov.br

Site: www.mulungu.ce.gov.br – CNPJ: 07.910.730/0001-79



COMISSÃO DE LICITAÇÃO

- 4.7 – No caso de qualquer obra, reforma ou adaptação, devidamente autorizado pela LOCADORA, repor por ocasião da entrega efetiva das chaves do imóvel locado, seu estado primitivo, não podendo exigir qualquer indenização;
- 4.8 – Facultar à LOCADORA ou ao seu representante legal, examinar ou vistoriar o imóvel sempre que for para tanto solicitado, bem como, o caso do imóvel ser colocado à venda, permitir que interessados o visitem;
- 4.9 - Na entrega do prédio, edificando-se infração pelo LOCATÁRIO e quaisquer das cláusulas que se compõem este contrato, e que o prédio necessita de algum conserto ou reparo, ficará a mesma, pagando o aluguel, até a entrega das chaves;
- 4.10 – Obriga-se o LOCATÁRIO, além do pagamento do aluguel mensal a satisfazer ao pagamento, por sua conta exclusivo do consumo de água, luz e esgoto.

Cláusula 5ª - Das Responsabilidades e Obrigações da LOCADORA

- 5.1- Assumir inteira responsabilidade sobre todas as despesas, inclusive taxas e impostos, que direta ou indiretamente venham a incidir sobre o objeto deste instrumento, bem como, todos os demais tributos municipais que recaírem sobre o imóvel locado;
- 5.2 - Fornecer, sempre que solicitado, informações pertinentes à execução do objeto deste Contrato;
- 5.3 – Cumprir todas as exigências editalícias e contratuais que lhe foram submetidas através do processo licitatório em questão;
- 5.4 – Findo o prazo deste contrato, por ocasião da entrega das chaves, a LOCADORA mandará fazer uma vistoria no prédio locado, a fim de verificar se o mesmo se acha nas condições em que foi recebido, pelo LOCATÁRIO.

Cláusula 6ª - Do Preço e dos Créditos Orçamentários

- 6.1- O LOCATÁRIO pagará a LOCADORA o valor mensal de R\$ _____ (_____), perfazendo o valor global de R\$ _____ (_____).
- 6.2- As despesas decorrentes deste contrato, correrão por conta da dotação orçamentária nº 08.01.04.122.0402.2.073, elemento de despesa 33.90.36.00.

Cláusula 7ª - Da Fonte de Recursos

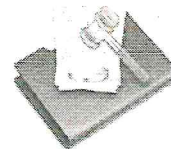
- 7.1- Os recursos financeiros necessários a este instrumento contratual são oriundos do próprio município.

Cláusula 8ª - Da Rescisão

- 8.1- A rescisão contratual poderá ser:
- Determinada por ato unilateral e escrito do LOCATÁRIO, nos casos enumerados nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
 - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;
 - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da LOCADORA, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
 - A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93;
 - A infração das obrigações consignadas nas cláusulas Quarta e Quinta, sem prejuízo de qualquer outra prevista em Lei, por parte do LOCATÁRIO, é considerada como natureza grave, acarretando a rescisão contratual. Como conseqüente despejo e obrigatoriedade de imediata satisfação dos consectários contratuais e legais.

Cláusula 9ª - Das Penalidades

- 9.1 - Fica a LOCADORA obrigada ao pagamento de multa nos casos de:



COMISSÃO DE LICITAÇÃO

a) não cumprimento do aventado neste instrumento contratual, implicará ao pagamento de multa correspondente à 05% (cinco por cento), calculado sobre o montante a ser pago, mensalmente, à LOCADORA;

9.2- A LOCADORA, pela sua inadimplência no cumprimento do contrato, enquanto durar o vínculo contratual, estará sujeito às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária do direito de participar de licitação;
- c) impedimento de contratar com a administração;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Cláusula 10ª- Do Foro

10.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Mulungu, Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acordados, as partes firmam o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que possa produzir os efeitos legais.

Mulungu (CE), ____ de _____ de 2017.

Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário
LOCATÁRIO

LOCADOR (A)

TESTEMUNHAS:

NOME: _____
CPF: _____

NOME: _____
CPF: _____



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MULUNGU
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO**



TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Secretario Municipal do Desenvolvimento Agropecuário, no uso de suas atribuições, tendo presente o parecer da Assessoria Jurídica do Município, e de acordo com o que determina o artigo 26 da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores, considerando o que consta do presente processo administrativos de Dispensa de Licitação nº 1403.01/2017, vem RATIFICAR a Declaração de Dispensa de Licitação para Locação de um Imóvel para atender o funcionamento da Central de Recebimento de Alimentos, referente ao Programa de Aquisição de Alimentos PAA, conforme termo de Cooperação Técnica SDA- 40/2016, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Mulungu e a Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Mulungu (CE), 14 de março de 2017.

Francisco Antonio Araújo Camurça
Secretário do Desenvolvimento Agropecuário



COMISSÃO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1403.01/2017

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação (CPL) da Prefeitura Municipal de Mulungu - CE, em cumprimento à ratificação procedida pelo Secretário do Desenvolvimento Agropecuário, faz publicar o extrato resumido do processo de Dispensa de Licitação a seguir:

OBJETO: Locação de um Imóvel para atender o funcionamento da Central de Recebimento de Alimentos, referente ao Programa de Aquisição de Alimentos- P.A.A, conforme termo de Cooperação Técnica S.D.A - 40/2016, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Mulungu e a Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará.

LOCADORA: MARIA AUGUSTA MESQUITA LIRA-CPF-021.609.253-14 - RG-2003014018522 SSP/CE.

VALOR GLOBAL: R\$ 7.000,00 (Sete mil e reais).

FUNDAMENTO LEGAL: inciso X, do artigo 24 c/c o art. 26, da Lei no 8.666/93 alterações posteriores.

Declaração de Dispensa emitida pela Presidente da Comissão de Licitação e ratificada pelo Secretário do Desenvolvimento Agropecuário Sr. FRANCISCO ANTONIO ARAUJO CAMURÇA.

Mulungu (CE) 14 de março de 2017.

Sulamita da Silva de Abreu.
Sulamita da Silva de Abreu
Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA M. MULUNGU
Sulamita da Silva de Abreu
Presidente da CPL
CPF. 036.007.613-07



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MULUNGU
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO**



CERTIDÃO DE DIVULGAÇÃO

Certificamos que o Extrato de Dispensa de Licitação nº 1403.01/2017 – cujo objeto é a Locação de um Imóvel para atender o funcionamento da Central de Recebimento de Alimentos, referente ao Programa de Aquisição de Alimentos PAA, conforme termo de Cooperação Técnica SDA- 40/2016, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Mulungu e a Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará Período de Março a Dezembro/2017. Foi afixado no flanelógrafo desta Prefeitura Municipal, no dia 15 de março de 2017.

Mulungu (CE), 14 de março de 2017.

Francisco Antonio Araújo Camurça
Secretário do Desenvolvimento Agropecuário